



ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

PROCESSO	: PCP 06/00025659
UNIDADE	: Município de TREZE DE MAIO
RESPONSÁVEL	: Sr. ARILTON FRANCISCONI CÂNDIDO - Prefeito Municipal (Gestão 2005/2008)
ASSUNTO	: Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2005.
RELATÓRIO N°	: 4562 / 2006

INTRODUÇÃO

O Município de TREZE DE MAIO está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal, art. 31; da Constituição Estadual, art. 113; da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15/12/2000, arts. 50 a 54; da Resolução nº TC 06/2001, 13/12/2001 (RITC), arts. 82 a 94; e da Resolução nº TC 16/94, de 21/12/1994, arts. 20 a 26.

Em atendimento às disposições dos arts. 20 a 26 da citada Resolução Nº TC 16/94 e art. 22 da Instrução Normativa TC N° 02/2001, a Prefeitura encaminhou, por meio documental, o Balanço Anual do exercício financeiro de 2005 - autuado como Balanço Consolidado do Município (Processo Nº **PCP 06/00025659**) e o Balanço da Prefeitura Municipal, referente a Prestação de Contas do Prefeito, protocolado sob o N.º 002785 , de 17/02/06, bem como mensalmente, por meio magnético, as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária.

A análise das contas em questão procedeu-se através de exame de consistência dos documentos e informações acima mencionados, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia aplicada.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tem-se a evidenciar o que segue:

II - ANÁLISE

A.1 - ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município, aprovado pela Lei nº 541 , de 15/12/04, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 6.680.000,00**, para o exercício em exame.

A dotação “Reserva de Contingência” foi orçada em **R\$ 75.000,00**, que corresponde a **1,12 %** do orçamento.

A.1.1 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	6.680.000,00
Ordinários	6.605.000,00
Reserva de Contingência	75.000,00
(+) Créditos Adicionais	1.355.900,00
Suplementares	1.199.800,00
Especiais	156.100,00
(-) Anulações de Créditos	1.355.900,00
Orçamentários/Suplementares	1.355.900,00
(=) Créditos Autorizados	6.680.000,00

Como recursos para abertura de Créditos Adicionais, foram utilizados os seguintes:

Recursos para abertura de créditos adicionais	Valor (R\$)	%
Recursos de Anulação de Créditos Ordinários	1.355.900,00	100,00
T O T A L	1.355.900,00	100,00

Os créditos adicionais abertos no exercício examinado atingiram o montante de **R\$ 1.355.900,00**, equivalendo a **R\$ 20,30%** do total orçado. Daqueles créditos, os suplementares representam **17,96%**, os especiais **2,34%** e os extraordinários **0,00%**.

As anulações de dotações efetuadas foram da ordem de **R\$ 1.355.900,00**, equivalendo a **20,30%** das dotações iniciais do orçamento.

A.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

	Previsão/Autorização	Execução	Diferenças
RECEITA	6.680.000,00	6.057.212,37	(622.787,63)
DESPESA	6.680.000,00	5.913.252,99	(766.747,01)
Superávit de Execução Orçamentária		143.959,38	0,00

Fonte : Balanço Orçamentário

Considerando o Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) e o conjunto do orçamento das demais Unidades tem-se a seguinte execução orçamentária:

	EXECUÇÃO
RECEITAS	
Da Prefeitura	4.686.864,73
Das Demais Unidades	1.370.347,64
TOTAL DAS RECEITAS	6.057.212,37
DESPESAS	
Da Prefeitura	4.555.614,24
Das Demais Unidades	1.357.638,75
TOTAL DAS DESPESAS	5.913.252,99

SUPERÁVIT	143.959,38
------------------	-------------------

Obs.: Na apuração da Receita tanto da Prefeitura como das Demais Unidades foram consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas, conforme dados do Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei 4.320/64 da Unidade Prefeitura Municipal.

Resultado Consolidado

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no **Superávit** de execução orçamentária da ordem de **143.959,38**, correspondendo a **2,38%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado **Superávit** de **R\$ 143.959,38** é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, **Superávit** de **R\$ 131.250,49** e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais **Superávit** de **R\$ 12.708,89**.

Impacto do Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura no Orçamento Consolidado

O Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) teve como resultado o **Superávit** de execução orçamentária de **R\$ 131.250,49**, face ao confronto da Receita Arrecadada de **R\$ 4.686.864,73** (ajustada pela dedução das transferências financeiras líquidas realizadas de **R\$ 829.094,70**), e a Despesa Realizada **R\$ 4.555.614,24**.

O **Superávit** de execução orçamentária em questão corresponde a **2,17 %** da Receita Arrecadada do Município.

Dessa forma, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura **R\$ 131.250,49**, interferiu Positivamente no Resultado da Execução Orçamentária do Município.

A Prefeitura e as demais unidades gestoras municipais produzem um resultado superavitário

UNIDADES	RESULTADO	VALORES R\$
PREFEITURA	SUPERÁVIT	131.250,49
DEMAIS UNIDADES	SUPERÁVIT	12.708,89
TOTAL	SUPERÁVIT	143.959,38

O resultado do orçamento consolidado, **Superávit** de **R\$ 143.959,38** deu-se em razão do resultado **positivo** do orçamento centralizado (Prefeitura Municipal), **Superávit** de **R\$ 131.250,49**, sendo **aumentado** face ao desempenho **positivo** em conjunto das demais unidades gestoras municipais, **Superávit** de **R\$ 12.708,89**.

A.2.1 - Receita

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 6.057.212,37**, equivalendo a

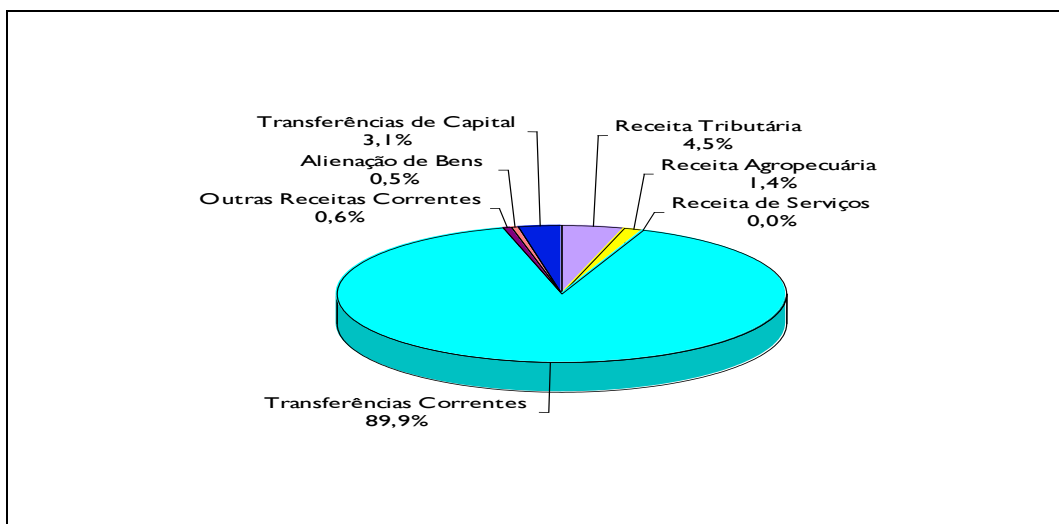
% da receita orçada. **90,68**

A.2.1.1 - Receita por Fontes

As receitas por fontes e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada, são assim demonstradas:

RECEITA POR FONTES	2.003		2004		2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	142.193,44	3,40	137.138,85	2,50	272.404,40	4,50
Receita Patrimonial	8.622,96	0,21	2.440,67	0,04	192,56	0,00
Receita Agropecuária	3.985,50	0,10	29.187,38	0,53	85.419,44	1,41
Receita de Serviços	16.695,68	0,40	1.073,79	0,02	654,07	0,01
Transferências Correntes	3.910.184,06	93,57	4.502.688,90	81,95	5.443.898,57	89,87
Outras Receitas Correntes	33.015,88	0,79	42.275,87	0,77	37.181,36	0,61
Operações de Crédito - Empréstimos Tomados	0,00	0,00	300.000,00	5,46	0,00	0,00
Alienação de Bens	4.000,00	0,10	12.000,00	0,22	29.581,00	0,49
Transferências de Capital	60.000,00	1,44	467.500,00	8,51	187.880,97	3,10
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	4.178.697,52	100,00	5.494.305,46	100,00	6.057.212,37	100,00

Participação Relativa da Receita por Fontes na Receita Arrecadada - 2005



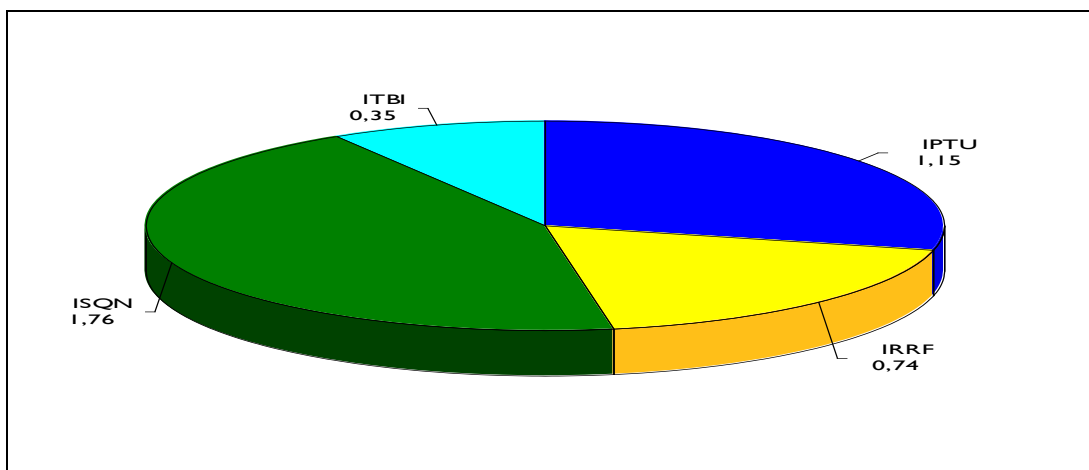
A.2.1.2 - Receita Tributária

A receita tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio município.

Quadro Demonstrativo da Receita tributária

RECEITA TRIBUTÁRIA	2.003		2004		2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita de Impostos	127.273,40	3,05	118.770,57	2,16	242.798,66	4,01
IPTU	35.756,58	0,86	42.632,49	0,78	69.840,65	1,15
IRRF	18.030,33	0,43	25.034,72	0,46	45.040,45	0,74
ISQN	46.490,70	1,11	36.702,84	0,67	106.458,86	1,76
ITBI	26.995,79	0,65	14.400,52	0,26	21.458,70	0,35
Taxas	14.920,04	0,36	18.368,28	0,33	29.605,74	0,49
Receita Tributária	142.193,44	3,40	137.138,85	2,50	272.404,40	4,50
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	4.178.697,52	100,00	5.494.305,46	100,00	6.057.212,37	100,00

Participação Relativa dos Impostos na Receita Total de Impostos - 2005



A.2.1.3 - Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

Quadro Demonstrativo da Receita de Contribuições

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2005	
	Valor (R\$)	%
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00
Total da Receita de Contribuições	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	6.057.212,37	100,00

A.2.1.4 - Receita de Transferências

A receita de transferências é constituída pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

Quadro Demonstrativo da Receita de Transferências

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.003		2004		2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.910.184,06	93,57	4.502.688,90	81,95	5.443.898,57	89,87
Transferências Correntes da União	1.571.831,52	37,62	2.231.481,00	40,61	2.841.029,48	46,90
Cota-Parte do FPM	1.787.310,48	42,77	1.970.736,32	35,87	2.455.997,44	40,55
(-) Dedução de Receita para formação do FUNDEF - FPM	(268.010,19)	(6,41)	(295.609,91)	(5,38)	(368.399,06)	(6,08)
Cota do ITR	2.547,16	0,06	3.391,76	0,06	4.819,11	0,08
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96	41.731,58	1,00	37.095,36	0,68	39.662,64	0,65
(-) Dedução de Receita para Formação do Fundef - ICMS Desoneração - L.C. N.º 87/96	(6.259,69)	(0,15)	(5.564,28)	(0,10)	(5.949,36)	(0,10)
Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação	0,00	0,00	42.830,87	0,78	0,00	0,00
Transferências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	6.803,07	0,12	27.627,66	0,46
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo (União)	0,00	0,00	390.436,57	7,11	420.520,06	6,94
Transferência de Recursos do FNAS	0,00	0,00	43.950,65	0,80	48.908,20	0,81
Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	162.114,14	2,68
Demais Transferências da União	14.512,18	0,35	37.410,59	0,68	55.728,65	0,92
Transferências Correntes do Estado	1.414.577,62	33,85	1.589.952,70	28,94	1.938.761,13	32,01
Cota-Parte do ICMS	1.403.870,30	33,60	1.596.806,42	29,06	1.951.253,76	32,21
(-) Dedução de Receita para formação do Fundef - ICMS	(210.580,30)	(5,04)	(239.520,73)	(4,36)	(292.687,83)	(4,83)
Cota-Parte do IPVA	136.394,60	3,26	174.658,48	3,18	214.893,50	3,55
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	54.936,38	1,31	53.539,28	0,97	68.769,63	1,14
(-) Dedução de Receita para formação do Fundef - IPI s/ Exportação	(8.240,45)	(0,20)	(8.030,87)	(0,15)	(10.315,45)	(0,17)
Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação	38.197,09	0,91	8.100,44	0,15	0,00	0,00
Transferência de Recursos do Sistema de Saúde - SUS (Estado)	0,00	0,00	4.399,68	0,08	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	6.847,52	0,11
Transferências dos Municípios	0,00	0,00	4.800,00	0,09	0,00	0,00

Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	4.800,00	0,09	0,00	0,00
Transferências Multigovernamentais	487.971,55	11,68	522.450,53	9,51	611.543,00	10,10
Transferências de Recursos do Fundef	487.971,55	11,68	522.450,53	9,51	611.543,00	10,10
Transferências de Convênios	435.803,37	10,43	154.004,67	2,80	52.564,96	0,87
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60.000,00	1,44	467.500,00	8,51	187.880,97	3,10
TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	3.970.184,06	95,01	4.970.188,90	90,46	5.631.779,54	92,98
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	4.178.697,52	100,00	5.494.305,46	100,00	6.057.212,37	100,00

A.2.1.5 - Receita de Dívida Ativa

A.2.1.5 - Receita de Dívida Ativa

A dívida ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançados e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa, no exercício em exame, foi da ordem de **R\$ 16.226,75** e desta, **R\$ 11.036,63** refere-se a dívida ativa proveniente de receita de impostos.

A.2.1.6 - Receita de Operações de Crédito

Durante o exercício não houve operações dessa natureza.

A.2.2 - Despesas

A despesa orçamentária é aquela realizada pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por lei.

A despesa realizada no exercício em exame do Município atingiu o montante de **R\$ 5.913.252,99**, equivalendo a **88,52 %** da despesa autorizada.

A.2.2.1 - Despesas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa realizada, são assim demonstradas:

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2.003		2004		2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
01-Legislativa	210.431,00	5,09	204.246,50	3,59	197.677,61	3,34
04-Administração	952.542,07	23,04	959.885,84	16,86	1.089.260,04	18,42
08-Assistência Social	181.654,30	4,39	292.681,47	5,14	323.908,79	5,48
10-Saúde	772.804,55	18,69	1.149.703,78	20,19	1.249.065,77	21,12
12-Educação	1.029.266,55	24,90	1.359.948,73	23,89	1.448.825,63	24,50
15-Urbanismo	118.070,00	2,86	178.198,33	3,13	162.412,36	2,75
16-Habitação	60.371,42	1,46	0,00	0,00	0,00	0,00
17-Saneamento	9.338,94	0,23	14.314,68	0,25	1.940,12	0,03
20-Agricultura	200.414,68	4,85	198.265,24	3,48	294.492,31	4,98
26-Transporte	566.957,17	13,71	1.309.668,84	23,00	1.117.309,14	18,89
27-Desporto e Lazer	32.051,09	0,78	26.634,72	0,47	28.361,22	0,48
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	4.133.901,77	100,00	5.693.548,13	100,00	5.913.252,99	100,00

CopiaFraseDespesa2

A.2.2.2 - Demonstrativo das Despesas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa

As despesas por elementos são assim demonstradas:

DESPESA POR ELEMENTOS	2.003		2004		2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
DESPESAS CORRENTES	3.724.275,39	90,09	4.497.478,33	78,99	5.156.268,13	87,20
Pessoal e Encargos	1.948.903,35	47,14	2.230.491,01	39,18	2.670.601,03	45,16
Aposentadorias e Reformas	33.959,40	0,82	32.895,84	0,58	32.058,10	0,54
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.591.233,62	38,49	1.887.630,60	33,15	2.241.993,37	37,91
Obrigações Patronais	302.997,78	7,33	305.593,90	5,37	331.599,59	5,61
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.885,12	0,09	4.370,67	0,08	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	16.827,43	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	64.949,97	1,10
Juros e Encargos da Dívida	71.104,09	1,72	48.943,97	0,86	73.864,97	1,25
Juros sobre a Dívida por Contrato	71.104,09	1,72	48.943,97	0,86	73.864,97	1,25
Outras Despesas Correntes	1.704.267,95	41,23	2.218.043,35	38,96	2.411.802,13	40,79
Diárias - Civil	9.618,00	0,23	12.680,00	0,22	10.959,00	0,19
Material de Consumo	673.435,96	16,29	890.094,35	15,63	1.138.392,88	19,25
Premiações Culturais, Artísticas, Científica, Desportiva e outras	3.289,60	0,08	885,06	0,02	522,00	0,01
Material de Distribuição Gratuita	32.514,17	0,79	22.493,19	0,40	29.088,95	0,49
Passagens e Despesas com Locomoção	95.427,74	2,31	0,00	0,00	100,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	40.671,20	0,71	44.544,00	0,75
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	507.694,97	12,28	486.713,88	8,55	724.808,64	12,26
Contribuições	5.128,17	0,12	42.775,00	0,75	71.844,00	1,21
Subvenções Sociais	333.545,97	8,07	645.301,33	11,33	322.028,62	5,45
Obrigações Tributárias e Contributivas	33.449,09	0,81	37.434,30	0,66	47.242,00	0,80
Sentenças Judiciais	2.000,00	0,05	30.000,00	0,53	4.736,71	0,08
Despesas de Exercícios Anteriores	8.164,28	0,20	8.995,04	0,16	17.535,33	0,30
DESPESAS DE CAPITAL	409.626,38	9,91	1.196.069,80	21,01	756.984,86	12,80
Investimentos	366.922,11	8,88	1.093.357,34	19,20	562.075,69	9,51
Obras e Instalações	276.928,89	6,70	859.846,84	15,10	177.208,38	3,00
Equipamentos e Material Permanente	87.623,22	2,12	233.510,50	4,10	208.743,01	3,53
Aquisição de Imóveis	2.370,00	0,06	0,00	0,00	55.000,00	0,93
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	121.124,30	2,05
Amortização da Dívida	42.704,27	1,03	102.712,46	1,80	194.909,17	3,30
Principal da Dívida Contratual Resgatado	42.704,27	1,03	102.712,46	1,80	194.909,17	3,30
Despesa Realizada Total	4.133.901,77	100,00	5.693.548,13	100,00	5.913.252,99	100,00

CopiaFraseDespesa2

A.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

A.3.1 - Movimentação Financeira

O fluxo financeiro do Município no exercício foi o seguinte:

Fluxo Financeiro	Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	36.012,82
Bancos Conta Movimento	6.478,38
Vinculado em Conta Corrente Bancária	29.534,44
(+) ENTRADAS	7.859.557,35
Receita Orçamentária	6.057.212,37
Extraorçamentárias	1.802.344,98
Realizável	325.583,72
Restos a Pagar	15.987,30
Depósitos de Diversas Origens	362.905,12
Serviço da Dívida a Pagar	268.774,14
Transferências Financeiras Recebidas - entrada	829.094,70
(-) SAÍDAS	7.859.593,71
Despesa Orçamentária	5.913.252,99
Extraorçamentárias	1.946.340,72
Realizável	321.820,55
Restos a Pagar	174.459,50
Depósitos de Diversas Origens	352.191,83
Serviço da Dívida a Pagar	268.774,14
Transferências Financeiras Concedidas - Saída	829.094,70
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	35.976,46
Banco Conta Movimento	20.279,17
Vinculado em Conta Corrente Bancária	15.697,29

Fonte : Balanço Financeiro

OBS.: Por sua vez, as disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal apresentaram-se da seguinte forma:

Disponibilidades	Valor (R\$)
Bancos c/ Movimento	19.968
Vinculado em C/C Bancária	13.497
TOTAL	33.465

A.4 - Análise Patrimonial

A.4.1 - Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município no início e no fim do exercício está assim demonstrada:

Situação Patrimonial	Início de 2005		Final de 2005	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Ativo Financeiro	39.775,99	1,94	35.976,46	1,61
Disponível	6.478,38	0,32	20.279,17	0,91
Vinculado	29.534,44	1,44	15.697,29	0,70
Realizável	3.763,17	0,18	0,00	0,00
Ativo Permanente	2.007.252,32	98,06	2.200.324,10	98,39
Bens Móveis	1.116.623,39	54,55	1.258.717,80	56,29
Bens Imóveis	774.295,64	37,83	829.295,64	37,08
Créditos	100.949,51	4,93	96.926,88	4,33
Valores	15.383,78	0,75	15.383,78	0,69
Ativo Real	2.047.028,31	100,00	2.236.300,56	100,00
ATIVO TOTAL	2.047.028,31	100,00	2.236.300,56	100,00
Passivo Financeiro	182.872,59	8,93	35.113,68	1,57
Restos a Pagar	174.459,50	8,52	15.987,30	0,71
Depósitos Diversas Origens	8.413,09	0,41	19.126,38	0,86
Passivo Permanente	728.523,41	35,59	541.849,86	24,23
Dívida Fundada	728.523,41	35,59	541.849,86	24,23
Passivo Real	911.396,00	44,52	576.963,54	25,80
Ativo Real Líquido	1.135.632,31	55,48	1.659.337,02	74,20
PASSIVO TOTAL	2.047.028,31	100,00	2.236.300,56	100,00

Fonte : Balanço Patrimonial

OBS.: O Passivo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal apresentou como saldo final o montante de **R\$ 19.126,38** , distribuído da seguinte forma:

PASSIVO FINANCEIRO	Valor (R\$)
Depósitos de Diversas Origens	19.126,38
TOTAL	19.126,38

A.4.2 - Variação do Patrimônio Financeiro

A.4.2.1 - Variação do Patrimônio Financeiro Consolidado

A variação do patrimônio financeiro do Município é assim demonstrado:

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	39.775,99	35.976,46	(3.799,53)
Passivo Financeiro	182.872,59	35.113,68	147.758,91
Saldo Patrimonial Financeiro	(143.096,60)	862,78	143.959,38

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em **Superávit Financeiro** de **R\$ 862,78** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, o Município possui **R\$ 0,98** de dívida a curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 143.959,38**, passando de um déficit financeiro de **R\$ 143.096,60** para um superávit financeiro de **R\$ 862,78**.

OBS.: Confrontando-se o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal (**R\$ 33.465,87**) com seu Passivo Financeiro (**R\$ 19.126,38**), apurou-se um **Superávit Financeiro** de **R\$ 14.339,49** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, a Prefeitura Municipal possui **R\$ 0,57** de dívida a curto prazo.

A.4.3 - Variação Patrimonial

Variação patrimonial é qualquer alteração sofrida pelo patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária.

O quadro abaixo demonstra as variações ocorridas no patrimônio do Município, no período analisado:

VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Receita Efetiva	5.974.337,02
Receita Orçamentária	6.057.212,37
(-) Mutações Patr.da Receita	82.875,35
Despesa Efetiva	5.454.600,81
Despesa Orçamentária	5.913.252,99
(-) Mutações Patrimoniais da Despesa	458.652,18
RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	519.736,21

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Variações Ativas	841.298,82
(-) Variações Passivas	837.330,32
RESULTADO PATRIMONIAL-IEO	3.968,50

RESULTADO PATRIMONIAL	Valor (R\$)
Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária	519.736,21
(+)Resultado Patrimonial-IEO	3.968,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	523.704,71
SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	Valor (R\$)
Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	1.135.632,31
(+)Resultado Patrimonial do Exercício	523.704,71
SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	1.659.337,02

Fonte : Demonstração das Variações Patrimoniais

A.4.4 - Demonstração da Dívida Pública

A.4.4.1 - Dívida Consolidada

Denomina-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA		
	MUNICÍPIO	PREFEITURA
Saldo do Exercício Anterior	728.523,41	728.523,41
(+) Correção (Dívida Fundada)	8.235,62	8.235,62
(-) Amortização (Dívida Fundada)	194.909,17	194.909,17
Saldo para o Exercício Seguinte	541.849,86	541.849,86

FraseSemDividaConsolidada

A evolução da dívida consolidada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos dois anos, e a sua relação com a receita arrecadada em cada exercício são assim demonstradas:

Saldo da Dívida Consolidada	2.003		2004		2005	
	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
Saldo	108.581,7	2,6	728.523,41	13,26	541.849,86	8,95

A.4.4.2 - Dívida Flutuante

Designa-se dívida flutuante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa.

No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	182.872,59
(+) Formação da Dívida	647.666,56
(-) Baixa da Dívida	795.425,47
Saldo para o Exercício Seguinte	35.113,68

A evolução da dívida flutuante, nos últimos dois anos, e a sua relação com o ativo financeiro em cada exercício são assim demonstradas:

Saldo da Dívida Flutuante	2.003		2004		2005	
	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
Saldo	215.579,51	79,34	182.872,59	459,76	35.113,68	97,60

A.4.5 - Comportamento da Dívida Ativa

No exercício, a Dívida Ativa do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	100.949,51
(+) Inscrição	12.204,12
(-) Cobrança no Exercício	16.226,75
Saldo para o Exercício Seguinte	96.926,88

A.5 - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS/ LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal e remuneração de agentes políticos.

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

A - RECEITAS COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	69.840,65	1,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	106.458,86	2,13
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	45.040,45	0,90
Imposto s/Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	21.458,70	0,43
Cota do ICMS	1.951.253,76	39,02
Cota-Parte do IPVA	214.893,50	4,30
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	68.769,63	1,38
Cota-Parte do FPM	2.455.997,44	49,12
Cota do ITR	4.819,11	0,10
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96	39.662,64	0,79
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	11.036,63	0,22
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	11.236,63	0,22
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	5.000.468,00	100,00

B - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	6.517.102,10
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEF	677.351,70
(+) Perda com FUNDEF (Repasse maior que o Retorno)	65.808,70
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.905.559,10

A.5.1 - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

C - DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	Valor (R\$)
Educação Infantil (12.365)	191.140,90
TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	191.140,90

D - DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)
Ensino Fundamental (12.361)	1.234.584,73
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	1.234.584,73

E - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	Valor (R\$)
Despesas com recursos de convênio de PNAC - Merenda Escolar e Merenda Escolar destinados ao Ensino Infantil (conforme informado pela Unidade em resposta ao Ofício Circular TC/DMU 5.393/2006)	6.672,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM EDUCAÇÃO INFANTIL	6.672,00

F - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)
Despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental (*)	164.195,29
Despesas classificadas impropriamente em programas de Ensino Fundamental (Anexo 1)	61.156,81
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM ENSINO FUNDAMENTAL	225.352,10

*** Despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental**

A Unidade, em resposta ao Ofício Circular TC/DMU 5.393/2006, item B, informou as despesas realizadas por conta de recursos de convênios relacionados com a Educação, relativos ao exercício de 2005: Convênio Salário Educação (R\$ 66.954,38), Convênio PNAE - Merenda Escolar (R\$ 24.282,00) e Convênio PNATE - Transporte Escolar (R\$ 72.958,91) totalizando o valor de R\$ 164.195,29. Ressalta-se, entretanto, que dos convênios acima citados, através da pesquisa realizada no Sistema E-sfinge, constatou-se que os NE(s) nº 223, 404, 405, 469, 602, 603, 744, 745, 746, 914, 942, 1043, 1123, 1124, 1125, 1146, 1147, 1155, 1463, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1500, 1501, 1655, 1844, 1845 e 1846 tratam-se de despesas impróprias, porém, as mesmas não fizeram parte das "Deduções das despesas com ensino fundamental" quadro F, para não ocorrer a dupla dedução das despesas.

A.5.1.1 - Aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF)

Componente	Valor (R\$)	%
Total das Despesas com Educação Infantil (Quadro C)	191.140,90	3,82
(+) Total das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D)	1.234.584,73	24,69
(-) Total das Deduções com Educação Infantil (Quadro E)	6.672,00	0,13
(-) Total das Deduções com Ensino Fundamental (Quadro F)	225.352,10	4,51
(+) Perda com FUNDEF (Retorno menor que o Repasse)	65.808,70	1,32
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.259.510,23	25,19
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos (Quadro A)	1.250.117,00	25,00
Valor acima do Limite (25%)	9.393,23	0,19

O demonstrativo acima evidencia que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.259.510,23** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,19%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a maior o valor de **R\$ 9.393,23**, representando **0,19%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o expresso no artigo 212 da Constituição Federal.

A.5.1.2 - Aplicação em manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental no percentual mínimo de 60% incidente sobre os 25% a que se refere o artigo 212 CF (artigo 60 dos ADCT)

Componente	Valor (R\$)
Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D)	1.234.584,73
(-) Deduções das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro F)	225.352,10
(+) Perda com FUNDEF (Repasse maior que o Retorno)	65.808,70
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.075.041,33
25% das Receitas com Impostos	1.250.117,00
60% dos 25% das Receitas com Impostos	750.070,20
Valor Acima do Limite (60% sobre 25%)	324.971,13

Pelo demonstrativo, constata-se que o Município aplicou no ensino fundamental o valor de **R\$ 1.075.041,33**, equivalendo a **85,99%** do montante de recursos constitucionalmente destinados à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (25% de receitas com impostos, incluídas as transferências com impostos). Dessa forma, verifica-se o **CUMPRIMENTO** do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A.5.1.3 - Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério (artigo 60, § 5º do ADCT e artigo 7º da Lei Federal nº 9424/96)

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEF	611.543,00
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEF	366.925,80
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efet. Exerc. Pagos c/Recursos do FUNDEF	553.309,85
Valor Acima do Limite (60 % do FUNDEF c/Profissionais do Magistério)	186.384,05

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 553.309,85**, equivalendo a **90,48%** dos recursos oriundos do FUNDEF, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

A.5.2 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)

G - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor (R\$)
Atenção Básica (10.301)	1.249.065,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	1.249.065,77

H - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS	Valor (R\$)
---	--------------------

PÚBLICOS DE SAÚDE	
Despesas com Recursos de Convênios PAB, Farmácia Básica, Vigilância Sanitária e outros recursos do SUS, Vigilância Epidemiológica, PSF - Programa Saúde da Família, PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde, PSB - Programa Saúde Bucal, Assistência Farmacêutica Básica e reforma de unidade sanitária (conforme informado pela Unidade em resposta ao Ofício Circular TC/DMU 5.393/2006)	467.619,39
Despesa Classificadas impropriamente em Programas de Saúde (Anexo 2)	12.861,65
Despesa realizada com recurso de alienação de bens (conforme informado pela Unidade em resposta ao Ofício Circular TC/DMU 5.393/2006 - letra M - empenho nº 293)	3.081,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	483.562,04

DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT

Componente	Valor (R\$)	%
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro G)	1.249.065,77	24,98
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro H)	483.562,04	9,67
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DO CÁLCULO	765.503,73	15,31
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO	750.070,20	15,00
VALOR ACIMA DO LIMITE	15.433,53	0,31

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 765.503,73**, correspondendo a um percentual de **15,31%** da receita com impostos, inclusive transferências, ficando evidenciado que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

A.5.3 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000)

I - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	2.502.824,06
Terceirização para Substituição de Servidores (art. 18, § 1º - LRF), não registrados em Pessoal e Encargos (Anexo 3)	470,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	2.503.294,06

J - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	167.776,97
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	167.776,97

L - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Valor (R\$)
Despesas de Exercícios Anteriores	64.949,97
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM DESPESAS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	64.949,97

A.5.3.1 - Limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município (Prefeitura, Câmara, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.905.559,10	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.543.335,46	60,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.503.294,06	42,39
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	167.776,97	2,84
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	64.949,97	1,10
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	2.606.121,06	44,13
VALOR ABAIXO DO LIMITE DE 60%	937.214,40	15,87

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **44,13%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal,

CUMPRINDO a norma contida no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.3.2 - Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.905.559,10	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.189.001,91	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.503.294,06	42,39
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	64.949,97	1,10
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.438.344,09	41,29
VALOR ABAIXO DO LIMITE	750.657,82	12,71

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **41,29%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.3.3 - Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.905.559,10	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	354.333,55	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	167.776,97	2,84
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	167.776,97	2,84
VALOR ABAIXO DO LIMITE	186.556,58	3,16

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **2,84%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.4 - Verificação dos Limites Legais do Poder Legislativo

A.5.4.1 - Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

MÊS	REMUNERAÇÃO DE VEREADOR	REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL	%
JANEIRO	1.000,00	11.885,41	8,41
FEVEREIRO	1.000,00	11.885,41	8,41
MARÇO	1.000,00	11.885,41	8,41
ABRIL	1.000,00	11.885,41	8,41
MAIO	1.000,00	11.885,41	8,41
JUNHO	1.000,00	11.885,41	8,41
JULHO	1.000,00	11.885,41	8,41
AGOSTO	1.000,00	11.885,41	8,41
SETEMBRO	1.000,00	11.885,41	8,41
OUTUBRO	1.000,00	11.885,41	8,41
NOVEMBRO	1.000,00	11.885,41	8,41
DEZEMBRO	1.060,00	11.885,41	8,92

A remuneração dos vereadores não ultrapassou o limite de **20,00%** (referente aos seus 6.980 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2004) da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal.

A.5.4.2 - Limite máximo de 5% da receita do Município para a remuneração total dos vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)

RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
6.057.212,37	131.333,40	2,17

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 131.333,40**, representando **2,17%** da receita total do Município (**R\$ 6.057.212,37**). Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.

Obs: O total da remuneração dos vereadores compõe-se do somatório dos subsídios informado no Ofício Circular item H, acrescido das Contribuição Patronal, no valor de R\$ 22.793,40 (21% sobre 108.540,00 - total anual dos subsídios).

A.5.4.3 - Limite máximo de 5 a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do Poder Legislativo, excluindo-se os inativos (artigo 29-A da CF)

RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	163.625,39	4,09
Transferências Constitucionais (§ 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da C.F.)	3.836.227,62	95,91
Total da Receita Tributária e de Transferências Constitucionais	3.999.853,01	100,00
Despesa Total do Poder Legislativo		
Despesa Total do Poder Legislativo	197.677,61	4,94
Total das despesas para efeito de cálculo	197.677,61	4,94
Valor Máximo a ser Aplicado		
Valor Máximo a ser Aplicado	319.988,24	8,00
Valor Abaixo do Limite	122.310,63	3,06

O montante da despesa do Poder Legislativo foi da ordem de **R\$ 197.677,61**, representando **4,94%** da receita tributária do Município, e das transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da CF, arrecadadas no exercício de 2004 (**R\$ 3.999.853,01**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o limite de **8,00%** (referente aos seus 6.980 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2004), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.

A.5.4.4 - Limite máximo de 70% da receita da Câmara para o total da despesa relativa a folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º, da CF)

RECEITA DO PODER LEGISLATIVO	DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	%
319.988,24	158.776,83	49,62

O montante da despesa com folha de pagamento foi da ordem de **R\$ 158.776,83**, representando **49,62%** da receita total do Poder (**R\$ 319.988,24**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o estabelecido no artigo 29 A, § 1º da Constituição Federal.

Ressalta-se que o Tribunal de Contas entendeu, conforme decisão no Processo nº CON 01/01918283, parecer nº 674/01, que a “Receita do Poder Legislativo” é aquela consignada no orçamento municipal para as dotações

destinadas à Câmara, considerando as alterações orçamentárias efetuadas; ou o valor do limite estabelecido no *caput* do artigo 29-A da Constituição Federal (5 a 8% da receita tributária e de transferências do exercício anterior), face ao disposto no parágrafo 2º deste dispositivo, que remete ao Prefeito Municipal crime de responsabilidade, caso efetue repasse a maior do que o limite estabelecido. Desta forma, utiliza-se, dos dois parâmetros, o menor valor como base de cálculo para verificação do limite estabelecido no parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

A.6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, por meio dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle.

Na Constituição Federal de 1988, as regras que estabelecem a competência do sistema de controle interno, no plano federal estão insculpidas no *caput* do artigo 70.

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder” (grifo nosso).

No caso dos Municípios, respeitando sua autonomia deferida pelo texto Constitucional, o sistema de controle interno está previsto no artigo 31, porém, a cargo do Poder Executivo.

“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei” (grifo nosso).

A partir do exercício de 2000, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante dispositivos previstos no artigo 59, impõe que a fiscalização da gestão fiscal se faça através do sistema de controle interno, exigindo o acompanhamento concomitante da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública, determinando inclusive o atingimento de metas estabelecidas pelo sistema de planejamento e a obediência de condições e limites de despesas e controle de dívidas.

Em simetria à Carta Constitucional de 1988, a Constituição Estadual define a forma de controle e fiscalização da Administração Pública nos artigos 58 a 62 e, especificamente para os municípios, o controle via sistema de controle interno está previsto no artigo 113.

“Art. 113 — A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, é exercida:

I - pela Câmara Municipal, mediante controle externo;

II - pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
(grifo nosso).

A obrigatoriedade da implantação do sistema de controle interno também está regulada no artigo 119 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, com nova redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 246/2003, de 09 de junho de 2003, o que deveria ocorrer até o final do exercício de 2003.

"Art. 119 - A organização do sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e, no que couber, dos Municípios deve ocorrer até o final do exercício de 2003."

Por força do artigo 31 da Constituição Federal de 1988, a implementação do sistema de controle interno no âmbito municipal deve ser consoante lei de iniciativa do Poder Executivo.

É imperativo que a lei instituidora do sistema de controle interno regule a forma de controle a ser realizado abrangendo todas as atividades e serviços desenvolvidos, toda a estrutura administrativa, assim como todos os seus setores e agentes.

O Município de Treze de Maio instituiu o sistema de controle interno através da Lei Municipal nº 497/2004, de 12/03/2004, portanto dentro fora do prazo previsto no art. 119 da Lei Complementar 202/2000.

Para ocupar o cargo do responsável pelo órgão central de controle interno foi nomeado através da portaria nº 107, em 04/04/2005, o Sr(a). KÉCIA FRAGNANI RECHIA LIMA - cargo comissionado.

A partir do exercício de 2005, a obrigatoriedade da remessa do relatório de controle interno, passou a ser bimestral, coincidindo a distribuição dos meses que compõem esses períodos com o exercício financeiro, conforme disposto no art. 2º parágrafo 5º da Resolução nº TC - 11/2004, de 06/12/2004, que alterou o art. 5º e respectivos parágrafos, da Resolução nº TC -16/94.

Verificou-se que o Município de Treze de Maio encaminhou os relatórios de controle interno referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, cumprindo o disposto no art. 5º da Res. nº TC - 16/94, com nova redação dada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Na análise preliminar efetuada nos relatórios remetidos verificou-se que:

Do Poder Executivo:

Os relatórios elaborados pelo controle interno limitaram-se a informar o valor da receita arrecadada, despesas realizadas, demonstrativo financeiro e alguns dados relativos a limite de pessoal e quantidade de servidores, bem como, dos contratos efetuados, das licitações homologados e os convênios realizados;

Para fins de emissão de Parecer prévio, por parte desta Corte de Contas, as seguintes restrições comporão a conclusão deste Relatório:

A.6.1 - Remessa dos Relatórios de Controle Interno, de forma genérica, com ausência de análise sobre a execução orçamentária, dos atos e fatos contábeis e a indicação das possíveis falhas, irregularidades ou ilegalidades, em desacordo ao disposto no art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterado pelas Resoluções nº TC 15/96 e 11/2004

B - OUTRAS RESTRIÇÕES

B.1. OFÍCIO CIRCULAR Nº 5.393/06

B.1.1 - Aplicação da Revisão Geral Anual concedida no Município, no mesmo percentual para os agentes políticos (Prefeito) e servidores públicos municipais, contrariando o disposto nos artigos 39, § 4º e 37, X, da Constituição Federal, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 390,00

Na análise da documentação encaminhada pela Unidade, em atendimento ao Ofício Circular TC/DMU nº 5.393/2006, constatou-se que foi pago subsídio aos agentes políticos do Executivo Municipal, mais especificamente, ao Prefeito no valor mensal de R\$ 6.890,00, no mês de dezembro/2005, quando o valor devido, fixado pela Lei Municipal nº 530/2004 (ato fixador do subsídio para a legislatura 2005-2008), representa R\$ 6.500,00 para o Prefeito.

A diferença do subsídio pago em relação ao fixado, resulta da aplicação da revisão geral anual no mesmo percentual aplicado aos servidores públicos, contrariando o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal combinado com Decisão em Consulta deste Tribunal de Contas, Prejulgado nº 1686, que assim dispõe:

- 1. A revisão geral anual é a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida dentro de um período de 12 (doze) meses com a aplicação do mesmo índice a todos os que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mesmo mês, conforme as seguintes características:**
 - a) A revisão corresponde à recuperação das perdas inflacionárias a que estão sujeitos os valores, em decorrência da diminuição, verificada em determinado**

- período, do poder aquisitivo da moeda, incidente sobre determinada economia;
- b) O caráter geral da revisão determina a sua concessão a todos os servidores e agentes políticos de cada ente estatal, abrangendo todos os Poderes, órgãos e instituições públicas;
 - c) O caráter anual da revisão delimita um período mínimo de concessão, que é de 12 (doze) meses, podendo, em caso de tardamento, ser superior a este para incidir sobre o período aquisitivo;
 - d) O índice a ser aplicado à revisão geral anual deve ser único para todos os beneficiários, podendo a porcentagem ser diferente, de acordo com o período de abrangência de cada caso;
 - e) A revisão geral anual sempre na mesma data é imposição dirigida à Administração Pública, a fim de assegurar a sua concessão em período não superior a um ano, salvo disposição constitucional adversa.

2. A única forma autorizada pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração do subsídio dos Vereadores durante a legislatura é a revisão geral prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que deve ocorrer sempre na mesma data da revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, e sem distinção de índices, desde que a lei específica que instituir a revisão geral anual também contenha previsão de extensão aos agentes políticos.

3. Os agentes políticos municipais fazem jus à revisão geral anual dos seus subsídios no mesmo ano da vigência da lei que os fixou, devendo o índice eleito incidir sobre o período aquisitivo de primeiro de janeiro até a data da concessão, respeitadas as condições do item acima.

4. A iniciativa de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais e dos subsídios dos agentes políticos é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, configurando-se o ato do Poder Legislativo que iniciar o processo legislativo com este objetivo como inconstitucional por vício de iniciativa.

A Lei municipal nº 530/2004, em seu artigo 3º, atendendo o que dispõe o inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal, determina que somente será concedida alteração dos subsídios dos agentes políticos na mesma época e mesmo índice da revisão dos vencimentos dos servidores municipais.

A Unidade apresentou cópia da Lei Municipal nº 0604/2005, que trata da concessão de revisão geral de 6% a todos os servidores públicos do Município, e na esteira desta Lei, foi estendida aos agentes políticos no mesmo percentual, sendo este fato irregular, pois a estes caberia apenas parte deste, ou seja, o percentual acumulado de janeiro de 2005 até a concessão da revisão.

Considerando que a Lei remetida a este Tribunal, versando sobre a Revisão Geral, nos termos do artigo 37, inciso X, não explicita o índice utilizado pela Municipalidade, considerar-se-á a majoração em seu valor total.

Resta claro, portanto, que a totalidade do percentual da revisão geral não deveria ser aplicada ao Prefeito e Vice-Prefeito, caracterizando o descumprimento aos artigos 39, § 4º e 37, inciso X, da Constituição Federal c/c Decisão em Consulta deste Tribunal de Contas, Prejulgado nº 1686, devendo os valores recebidos indevidamente, serem ressarcidos aos cofres públicos.

Segue demonstração da apuração dos valores percebidos indevidamente, conforme informações constante nos autos, fls. 182:

NOME	VALOR PAGO (R\$) MÊS: dezembro	VALOR FIXADO/DEVIDO (R\$) MÊS: dezembro	PAGO A MAIOR (R\$) MÊS: dezembro
Arilton Francisconi Cândido	6.890,00	6.500,00	390,00
TOTAL	6.890,00	6.500,00	390,00

B.1.2 - Aplicação da Revisão Geral Anual concedida no Município, no mesmo percentual para os agentes políticos (Vereadores) e servidores públicos municipais, contrariando o disposto nos artigos 39, § 4º e 37, X, da Constituição Federal, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 570,00 (R\$ 480,00, Vereadores e R\$ 90,00, Vereador Presidente)

Na análise da documentação encaminhada pela Unidade, em atendimento ao Ofício Circular TC/DMU nº 5.393/2006, constatou-se que foi pago subsídio aos agentes políticos do Legislativo Municipal - Vereadores e Vereador Presidente, nos valores mensais de R\$ 1.060,00 e R\$ 1.590,00, respectivamente, no mês de dezembro/2005, quando os valores devidos, fixados pela Lei Municipal nº 530/2004 (ato fixador dos subsídios para a legislatura 2005-2008), representam R\$ 1.000,00 para os Vereadores e R\$ 1.500,00 para o Vereador Presidente.

A diferença dos subsídios pagos em relação aos fixados, resulta da aplicação da revisão geral anual no mesmo percentual aplicado aos servidores públicos, contrariando o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal combinado com Decisão em Consulta deste Tribunal de Contas, Prejulgado nº 1686, que assim dispõe:

- 1. A revisão geral anual é a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida dentro de um período de 12 (doze) meses com a aplicação do mesmo índice a todos os que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mesmo mês, conforme as seguintes características:**
 - a) A revisão corresponde à recuperação das perdas inflacionárias a que estão sujeitos os valores, em decorrência da diminuição, verificada em determinado período, do poder aquisitivo da moeda, incidente sobre determinada economia;**
 - b) O caráter geral da revisão determina a sua concessão a todos os servidores e agentes políticos de cada ente estatal, abrangendo todos os Poderes, órgãos e instituições públicas;**
 - c) O caráter anual da revisão delimita um período mínimo de concessão, que é de 12 (doze) meses, podendo, em caso de tardamento, ser superior a este para**

incidir sobre o período aquisitivo;

d) O índice a ser aplicado à revisão geral anual deve ser único para todos os beneficiários, podendo a porcentagem ser diferente, de acordo com o período de abrangência de cada caso;

e) A revisão geral anual sempre na mesma data é imposição dirigida à Administração Pública, a fim de assegurar a sua concessão em período não superior a um ano, salvo disposição constitucional adversa.

2. A única forma autorizada pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração do subsídio dos Vereadores durante a legislatura é a revisão geral prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que deve ocorrer sempre na mesma data da revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, e sem distinção de índices, desde que a lei específica que instituir a revisão geral anual também contenha previsão de extensão aos agentes políticos.

3. Os agentes políticos municipais fazem jus à revisão geral anual dos seus subsídios no mesmo ano da vigência da lei que os fixou, devendo o índice eleito incidir sobre o período aquisitivo de primeiro de janeiro até a data da concessão, respeitadas as condições do item acima.

4. A iniciativa de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais e dos subsídios dos agentes políticos é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, configurando-se o ato do Poder Legislativo que iniciar o processo legislativo com este objetivo como inconstitucional por vício de iniciativa.

A Lei municipal nº 530/2004, em seu artigo 3º, atendendo o que dispõe o inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal, determina que somente será concedido alteração dos subsídios dos agentes políticos na mesma época e mesmo índice da revisão dos vencimentos dos servidores municipais.

A Unidade apresentou cópia da Lei Municipal nº 0604/2005, que trata da concessão de revisão geral de 6% a todos os servidores públicos do Município, e na esteira desta Lei, foi estendida aos agentes políticos no mesmo percentual, sendo este fato irregular, pois a estes caberia apenas parte deste, ou seja, o percentual acumulado de janeiro de 2005 até a concessão da revisão.

Considerando que a Lei remetida a este Tribunal, versando sobre a Revisão Geral, nos termos do artigo 37, inciso X, não explicita o índice utilizado pela Municipalidade, considerar-se-á a majoração em seu valor total.

Resta claro, portanto, que a totalidade do percentual da revisão geral não deveria ser aplicada aos Vereadores, caracterizando o descumprimento aos artigos 39, § 4º e 37, inciso X, da Constituição Federal c/c Decisão em Consulta deste Tribunal de Contas, Prejulgado nº 1686, devendo os valores recebidos indevidamente, serem ressarcidos aos cofres públicos.

Segue demonstração da apuração dos valores percebidos indevidamente, conforme informações constante nos autos, fls. 183 a 187:

NOME	VALOR PAGO (R\$) MÊS: dezembro	VALOR FIXADO/DEVIDO (R\$) MÊS: dezembro	PAGO A MAIOR (R\$) MÊS: dezembro
Adinor Elias Sartor	1.060,00	1.000,00	60,00
Antenor Magagnin	1.060,00	1.000,00	60,00
Clésio Bardini de Biasi	1.060,00	1.000,00	60,00
Fábio Carara da Silva	1.060,00	1.000,00	60,00
João da Silva	1.060,00	1.000,00	60,00
Lucinei de Pieri	530,00	500,00	30,00
Nelson Borges Rodrigues	1.060,00	1.000,00	60,00
Terezinha Mattos de Oliveira	530,00	500,00	30,00
Valmir Cescon Perdoná	1.590,00	1.500,00	90,00
Volnei Dela Vedova Fontana	1.060,00	1.000,00	60,00
TOTAL	10.070,00	9.500,00	570,00

B.1.3 - Ausência de contabilização dos valores relativos às contribuições previdenciárias dos agentes políticos do Poder Legislativo (parte patronal) dos meses de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 22.793,40, impossibilitando o acompanhamento da execução orçamentária e o desconhecimento da composição patrimonial, contrariando os artigos 90 e 105, § 3º, ambos da Lei nº 4.320/64

Verificou-se na resposta ao Ofício Circular TC/DMU 5.393/06 (item K1) e através do Anexo 2 (Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas), que o Poder Legislativo de Treze de Maio não contabilizou os valores relativos às contribuições previdenciárias (parte patronal) sobre os subsídios dos vereadores, nos meses de janeiro a dezembro do exercício em exame, em desobediência aos artigos 90 e 105, § 3º, ambos da Lei nº 4.320/64.

O valor de R\$ 22.793,40 resultou da aplicação de 21% sobre o total dos subsídios pagos aos vereadores, conforme informações prestadas no Ofício Circular TC/DMU 5.393/06 item H.

B.1.4. - Balanço Geral do Município (Consolidado), não demonstrando adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, em desacordo ao estabelecido nos artigos 101 a 105 da Lei 4.320/64 e no artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 - Lei Orgânica do TCE/SC

Na análise das contas prestadas pelo Prefeito, verificou-se que o Balanço Geral do Município (Consolidado), não apresenta adequadamente a composição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, vez que não foram observados princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis à Administração Pública. Tal fato, resta caracterizado pelo evidenciado pela análise dos demonstrativos contábeis remetidos a este Tribunal, onde constatou-se que a Administração Municipal não procedeu o devido empenhamento neste exercício (2005) das despesas liquidadas até 31/12/2004, informadas em resposta ao Ofício Circular nº 4.192/2005 e consideradas na análise das contas do exercício de 2004, no montante de R\$ 227.555,36, conseqüentemente não havendo pagamento das mesmas ou a inscrição de Restos a Pagar.

CONCLUSÃO

Considerando que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL - art. 31, § 1º e § 2º, a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - art. 113 e a Lei Complementar nº 202/2000, de 15/12/2000 (L.O./TC-SC) - arts. 50 e 59, estabeleceram acerca do controle externo das contas de municípios e da competência do Tribunal de Contas para este fim;

Considerando que a apreciação das contas do Prefeito Municipal tomou por base os dados e informações exigidos pelo art. 22 da Res. TC – 16/94 c/c o art. 22 da Instrução Normativa nº 02/2001, remetidos mensalmente por meio magnético e Balanço Anual por meio documental, cuja análise foi efetuada por amostragem, conforme técnicas apropriadas de auditoria, que prevêm inclusive a realização de inspeção “in loco”, conforme o caso; e que o exame procedido fundamentou-se em documentação apresentada, de veracidade ideológica apenas presumida, a qual poderá o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que o exame das contas em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos a apreciação deste Tribunal de Contas;

Considerando que o julgamento das contas de gestão do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, a Diretoria de Controle dos Municípios, por sua Divisão de Contas Municipais respectiva, entende que - para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 - referente **às contas do exercício de 2005 do Município de TREZE DE MAIO - SC**, consubstanciadas nos dados mensais remetidos magneticamente e no Balanço Geral (da Prefeitura e Consolidado) remetido documentalmente, a vista do exame procedido, apresenta as restrições seguintes:

I - DO PODER LEGISLATIVO :

I - A. RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL:

I.A.1 Aplicação da Revisão Geral Anual concedida no Município, no mesmo percentual para os agentes políticos (Vereadores) e servidores públicos municipais, contrariando o disposto nos artigos 39, § 4º e 37, X, da Constituição Federal, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 570,00 (R\$ 480,00, Vereadores e R\$ 90,00, Vereador Presidente) (item B.1.2).

I - B. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:

I.B.1. Ausência de contabilização dos valores relativos às contribuições previdenciárias dos agentes políticos do Poder Legislativo (parte patronal) dos meses de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 22.793,40, impossibilitando o acompanhamento da execução orçamentária e o desconhecimento da composição

patrimonial, contrariando os artigos 90 e 105, § 3º, ambos da Lei nº 4.320/64 (item B.1.3)

II - DO PODER EXECUTIVO :

II - A. RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL:

II.A.1 Aplicação da Revisão Geral Anual concedida no Município, no mesmo percentual para os agentes políticos (Prefeito) e servidores públicos municipais, contrariando o disposto nos artigos 39, § 4º e 37, X, da Constituição Federal, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 390,00 (item B.1.1).

II - B. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:

II.B.1. Balanço Geral do Município (Consolidado), não demonstrando adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, em desacordo ao estabelecido nos artigos 101 a 105 da Lei 4.320/64 e no artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 - Lei Orgânica do TCE/SC (item B.1.4.)

II - C. RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR:

II.C.1. Remessa dos Relatórios de Controle Interno, de forma genérica, com ausência de análise sobre a execução orçamentária, dos atos e fatos contábeis e a indicação das possíveis falhas, irregularidades ou ilegalidades, em desacordo ao disposto no art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterado pelas Resoluções nº TC 15/96 e 11/2004 (item A.6.1);

Diante das restrições evidenciadas, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir sobre as providências que devam ser tomadas a respeito das restrições remanescentes e, ainda:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, do Prefeito Municipal, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

III - RESSALVAR que o processo PCA 06/00085120, relativo à Prestação de Contas do Presidente da Câmara de Vereadores (gestão 2005), encontra-se em tramitação neste Tribunal, pendente de decisão final.

É o Relatório.

DMU/DCM 3 em 20/09/2006

Valéria Patricio
Auditora Fiscal de Controle Externo

Júlio César de Melo
Chefe de Divisão

DE ACORDO
Em / /2006

Sonia Endler
Coordenador de Controle
Inspetoria 3